

APRESENTAÇÃO

Apoiando a gestão do SUS em Rio Branco - Acre: a estratégia da incubadora da integralidade

A confiança na realidade da vida, ao contrário, depende quase exclusivamente da intensidade com que a vida é experimentada, do impacto com que ela se faz sentir.

Hanna Arendt, *A condição humana*

As Incubadoras da Integralidade constituem um importante movimento que tem nas atividades do Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (Lappis) um caminho profícuo de cooperação técnico-científica, junto e articulado com instituições parceiras de diferentes regiões do país que atuam na implementação de experiências efetivas de integralidade em saúde. Referem-se, assim, a dispositivos interinstitucionais que possibilitam a reflexão e o compartilhamento de ideias, práticas, experiências e saberes voltados para a afirmação do direito humano à saúde, envolvendo trabalhadores(as), gestores(as) e usuários(as).

Potencializar experiências inovadoras que o Sistema Único de Saúde (SUS) cotidianamente constrói faz parte um aprendizado coletivo, fruto da integração de esforços que buscamos com as Incubadoras da Integralidade. Reconhecemos que temos experiências que não são frágeis, mas fortes, e que a universidade tem papel fundamental ao vivenciá-las (e não deve se esquivar), pois agregam valores ético-políticos propensos a criar e integrar redes de saúde, trabalho e educação, para lutar em defesa dos princípios do SUS. Diferem da visão economicista

das ditas “incubadora de empresas”, que adquirem as empresas que nascem fragilizadas e precisam receber ajuda na medida certa para se fortalecerem e saírem para o mercado, ou seja, para a disputa.

As atividades locais das Incubadoras da Integralidade seguem três diretrizes: fortalecimento da gestão de saúde no aspecto técnico-gerencial; fortalecimento dos movimentos sociais e participação na saúde em geral; e estudo da gestão dos processos de trabalho no sentido de fortalecer a participação dos trabalhadores do SUS na construção do sistema.

Neste livro, apresentamos ações desenvolvidas pela Incubadora da Integralidade Lappis Norte, sediada em Rio Branco-Acre, cujas principais perspectivas têm sido a formação e o trabalho em equipe, com vistas a promover reflexão sobre as práticas cotidianas no SUS. Desta forma, descrevem-se a pesquisa-extensão sobre áreas programáticas, intitulada “Apoio ao desenvolvimento institucional do SUS em Rio Branco” e do Curso de Desenvolvimento Gerencial do SUS, atividades integradas que proporcionaram o fortalecimento dos processos de sistematização, documentação e expansão das experiências locais.

A ideia de pesquisa-extensão configura-se no esforço de promover e garantir maior solidariedade do conhecimento entre o pesquisado e o pesquisador, entre universidade serviço, entre o Estado e sociedade. Nesse sentido, temos desenvolvido o dispositivo de validação dialógica nomeado de “devolutiva”, que exerce importante ação em “dobra” entre as ações de pesquisa-extensão-ensino, criando dependência recíproca e sinérgica, reflexiva e crítica, coerente com as práticas investigativas do campo da Saúde Coletiva. A equipe multiprofissional é composta por pesquisadores com prática teórica interdisciplinar cujos objetos se transversalizam, possibilitando nortear e compartilhar o planejamento de ações futuras. Essas devolutivas constituíram-se em oficinas metodológicas sempre realizadas no local onde o estudo se passa, neste caso em Rio Branco, alternando entre os espaços da universidade (UFAC) e de educação permanente dos serviços de saúde (SEMSA). Com esse dispositivo, foi possível compartilhar apontamentos e fazer reflexões sobre os referenciais de análise das categorias elencadas na pesquisa. Isso auxilia processos formativos e, ao mesmo tempo, faz circular saberes.

A devolutiva dos resultados da pesquisa sobre as áreas programáticas da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco-Acre foi realizada com profissionais, gestores, movimentos sociais e participantes da pesquisa. A apresentação e os debates partiram de experiências cotidianas relatadas nos depoimentos, articuladas em três eixos de análise: dos processos e relações institucionais; do trabalho em saúde como mediação na constituição das redes sociais; e da construção social do Direito à saúde. A pesquisa apontou o que foi bom e o que precisa ser melhorado, como uma avaliação da própria gestão, e entre as estratégias e desafios propostos pela pesquisa para a Secretaria Municipal estão o fortalecimento da gestão conjunta com a comunidade e os movimentos sociais e a melhora na articulação dos programas nas Unidades de Referência da Atenção Primária e destas com as unidades de saúde da família, com a proposta de atuação na linha de trabalho dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

A ideia de criar Incubadoras da Integralidade surgiu com a demanda por maior compromisso das produções técnico-científicas em desenvolvimento no Lappis, no que concerne à efetiva apropriação pela sociedade que as mantém. A ciência é um empreendimento humano e, como ação pública, por isso política, há de buscar a promoção do bem comum, para todos e não para poucos. Quando falamos disso, estamos pensando nas funções essenciais da universidade e agindo na direção de tornar as ações de ensino, pesquisa e extensão concretamente indissociáveis. Isso tem uma implicação ético-político-educativa para a saúde. A formação em saúde não pode ser pensada como mercadoria, e nem os alunos contabilizados como “números”, como observamos em discussões sobre educação em saúde que vêm reunindo instituições públicas e privadas.

A premissa da Incubadora da Integralidade foi gerada de uma “incubação”, que se deu no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, internacionalmente reconhecido por suas práticas cuidadoras na saúde da mulher e do recém-nascido. No âmbito de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi inaugurado o projeto-piloto da incubadora, com a realização de seminário em setembro de 2008, com o objetivo de proporcionar uma troca de saberes e potencializar as pesquisas no âmbito do tratamento do recém-nascido e da gestante.

Considerada por nós o “berço da integralidade”, trata-se de uma instituição que é campo de formação em várias áreas da saúde e oferece um ambiente humanizado com alternativas de parto natural; possui um conselho gestor eminentemente de usuários; é filantrópica, sem fins lucrativos e 100% SUS. Isso não quer dizer que as instituições públicas não possam ter o mesmo desempenho; várias outras têm e se unem a esse empreendimento público. Afinal, os recursos são públicos e a participação da comunidade na gestão é condição *sine qua non*.

Vivenciamos atualmente um processo de planejamento e sistematização das ações no Acre, com vistas a oficializar a Incubadora da Integralidade junto a instituições locais de ensino. Efetivamente, a parceria com o Lappis nasceu em 2006, quando foi implantado o Ateliê do Lappis - Sítio Avançado Norte, embrião da incubadora que, entre outros frutos, tem dois projetos aprovados no edital Pesquisa para o SUS – PPSUS/CNPq/2006. Desde então, grupos formados por professores, estudantes, trabalhadores da saúde e representantes de movimentos sociais participam de pesquisas multicêntricas desenvolvidas localmente. Nesse período, contamos com a valiosa solidariedade de referenciais epistemológicos e operacionais de outra pesquisa em curso sendo desenvolvida pelo Lappis em sua Rede Multicêntrica de Pesquisa Incubadoras da Integralidade, intitulada “Áreas Programáticas e direito à saúde: construção da integralidade no contexto do apoio institucional”, com o apoio da Organização Pan-americana da Saúde, o que possibilitou a fecundação do seu estudo piloto no SUS de Rio Branco e potencializar as estratégias e ferramentas de pesquisa de forma consistente e rigorosa em todas suas etapas.

Ao longo dos dois anos de desenvolvimento da pesquisa, foram criadas estratégias coletivas de avaliação das práticas institucionais, a partir do princípio da integralidade, entendido como eixo paradigmático da efetivação do direito à saúde como direito de cidadania. O resultado são os textos inéditos aqui apresentados, divididos em três partes, precedidas pela introdução, a qual apresenta a construção da pesquisa, suas noções fundantes e o percurso metodológico adotado pelos pesquisadores.

A primeira, intitulada “Trajetórias programáticas em saúde: leituras reflexivas sobre a construção da integralidade na luta por direitos”, traz textos teóricos e metodológicos que relatam a construção da pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco, articuladas em três eixos de análise: dos processos e relações institucionais; do trabalho em saúde como mediação na constituição das redes sociais; e da construção social do direito à saúde.

A segunda parte traz a experiência de formação desenvolvida no Curso de Desenvolvimento Gerencial para o SUS, com o título de “Trajetória da Incubadora da Integralidade na Amazônia Legal: memórias de educação permanente no desenvolvimento institucional no SUS de Rio Branco, Acre”. O primeiro texto, de autoria de Osvaldo Leal e colaboradores, faz um resgate histórico da saúde pública em Rio Branco a partir de documentos e depoimentos de gestores e profissionais, fundamental para a literatura científica regional, que não possui muitos registros de vivências e memórias. O texto seguinte contextualiza essa experiência de educação permanente, fazendo um histórico do CDG-SUS e explicando o modelo pedagógico proposto. Os tutores do curso relatam os desafios na aplicação de metodologias ativas no texto de Valéria Matos e colaboradores.

A terceira parte traz “outros olhares constituintes sobre desenvolvimento institucional no SUS”, cuja ideia de gerência como práxis de educação permanente permite revisitar os modelos de atenção para atender à demanda de populações específicas, tendo o apoio institucional como ferramenta mediadora na atenção básica na saúde, conjugando os nexos constituintes de práticas eficazes de integralidade como direito humano ao cuidado.

Para finalizar, gostaríamos de expressar nosso sentimento de alegria pelo sucesso de mais uma parceria bem-sucedida da Incubadora da Integralidade Norte, em lograr os objetivos ético-político-educativos do Lappis, consolidando a importância estratégica de articular de modo transdisciplinar a sistematização da práxis dos trabalhadores do SUS e docentes, residentes e estudantes com a Saúde Coletiva, assim como buscar superar os riscos do academicismo, mediante o esforço

de articular a pesquisa científica com as práticas de transformação das realidades sociais e culturais. Tais esforços, quando construídos a partir de uma pesquisa compartilhável, participativa e responsável, envolvendo diversidades territoriais e culturais, como neste caso da Amazônia Legal, permitem um entendimento diferenciado e complexo do cotidiano da saúde no Brasil hoje. Esperamos que o resultado final agrade aos leitores.

Os organizadores

INTRODUÇÃO

Construção da pesquisa, noções fundantes e percurso metodológico

ROSENI PINHEIRO
JULIANA LOFEGO

No momento que completamos 25 anos do Direito à Saúde no Brasil, fundado com a promulgação da Constituição Brasileira, se faz urgente afirmar o imperativo categórico dos valores cultivados na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. Diante dessa afirmação, elegemos como pressuposto que a descentralização, a participação e a integralidade da atenção constituem uma tríade de princípios que expressam em grande medida o processo de consolidação de conquistas do direito à saúde como um direito de cidadania (Pinheiro, 2001; Pinheiro; Mattos, 2001, 2003; Pinheiro et al., 2004, 2002). Esse processo foi marcado por mudanças jurídicas, legais e institucionais nunca antes observadas na história das políticas de saúde no país. Com a descentralização, novos atores se incorporaram ao cenário nacional, e esse fato, juntamente com a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a participação da sociedade civil, possibilitou o aparecimento de ricas e diferentes experiências centradas na integralidade da atenção em saúde (Brasil, 2001; Ferla et al., 2002).

Com efeito, conhecer essas experiências implica repensar os aspectos mais importantes do agir em saúde, que estão circunscritos nos processos de trabalho, de gestão, de planejamento e, sobretudo, no reconhecimento de novos saberes e práticas em saúde. Isto porque defendemos que é justamente no campo das práticas o solo fértil para o surgimento de inovações na gestão e a incorporação de novas tecnologias na atenção aos usuários. Com tais inovações, buscar-se-ia a melhoria de atenção à saúde,